

Agências de notícias e sites

CASSILANDIA JORNAL

[Estudo aponta 8 defensivos letais para abelhas](#)

ID NEWS

[O trabalho nos canaviais é revelado em Vidas talhadas no avesso da história](#)

JORNAL DIA A DIA

[Criadores do SOS Chuva recebem prêmio em SP](#)

MASSA NEWS - PR

[Estudo aponta 8 defensivos letais para abelhas](#)

NOTÍCIAS DA BAIXADA

[Jovem da Baixada Fluminense consegue estágio na NASA - Existe espaço pra meninas negras](#)

PORTAL STYLO

[Prêmio Professores do Brasil está com inscrições abertas](#)

PREFEITURA DE PALMAS

[Prêmio Professores do Brasil está com inscrições abertas até o dia 31 de maio](#)

REVISTA PONTO JOVEM

[Mestrado gratuito em gestão e regulação de recursos hídricos está com 256 vagas abertas em 13 universidades](#)

SUCESSO NO CAMPO

[Estudo aponta 8 defensivos letais para abelhas](#)

SUÍNO BRASÍLIA

[ESTUDO APONTA 8 DEFENSIVOS LETAIS PARA ABELHAS](#)

SUL21

[Desmonte da ciência brasileira compromete seriamente futuro do país, alerta manifesto](#)

AGÊNCIA ESTADO

[A crise no ensino público e o papel do Estado na Educação](#)

G1

[MEC autoriza implantação do curso de direito no câmpus da UFT em Arraias](#)

TERRA

[Como universidades podem dar a presos acesso à educação](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Dinheiro do MEC sustenta escolinha dos sem terrinha, diz ministro](#)

[Escolas de SP receberão R\\$ 50 milhões para diagnosticar problema de aprendizagem](#)

Imprensa Estadual

O DIA - PI

[Mestranda de Duque de Caxias pesquisa galáxias na nasa](#)

HOJE EM DIA - MG

[Renegociação do Fies a partir de segunda-feira](#)

Agências de notícias e sites

AGROLINK

[Estudo aponta 8 defensivos letais para abelhas](#)

JORNAL GRANDE BAHIA

[Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil](#)

PORTAL FLORIANO

[UESPI abre inscrições para a seleção de professor formador do Parfor](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Último prazo para seleção de colaboradores do banco de itens](#)

[Reunião discute proposta para incentivar mestrados profissionais em Ciências Agrárias](#)

SUL21

[Desmonte da ciência brasileira compromete seriamente futuro do país, alerta manifesto](#)

CAMPO GRANDE NEWS

[Diante de polêmica, UFGD reafirma legitimidade de eleição para reitor](#)

GAZETA DO POVO – PR

[Universidade desobedece ao MEC e se recusa a fazer novas eleições para reitor](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Estácio tem fábrica de conteúdo para abastecer 15 mil aulas de EAD](#)

JOVEM PAN (AM)

[TCU autoriza MEC a contratar nova gráfica para o Enem](#)

MASSA NEWS - PR

[MEC analisa programa de fomento ao ensino médio integral](#)

CASSILANDIA JORNAL - TEMPO REAL

Estudo aponta 8 defensivos letais para abelhas

Ação de agroquímicos pode reduzir a vida das abelhas em até 50%, aponta estudo brasileiro

Estudo aponta 8 defensivos letais para abelhas Um estudo realizado pelo Projeto Colmeia Viva entre os anos de 2014 e 2017 detectou oito moléculas com ação comprovadamente letal para a apicultura. A pesquisa analisou os 44 ingredientes ativos mais usados na agricultura do estado de São Paulo, os quais poderiam estar relacionados à mortalidade das abelhas.

De acordo com os cientistas brasileiros, os efeitos benéficos do Projeto Colmeia Viva já começaram a surgir. Enquanto sumiram cinco mil colônias de abelhas no Rio Grandes do Sul, estados como Santa Catarina, Paraná e São Paulo registraram perdas menores nos apiários. As informações sobre essas moléculas letais e métodos de produção sustentável estão disponíveis no www.projetocolmeiaviva.org.br.

“Isso não quer dizer que as abelhas de São Paulo estão a salvo dos defensivos agrícolas. Longe disso. Estamos começando a testar quais são os efeitos sobre as abelhas melíferas do uso associado de inseticidas com fungicidas. E já descobrimos que um determinado tipo de fungicida, que quando aplicado de modo isolado no campo, é inofensivo às colmeias, ao ser associado a um determinado inseticida se torna nocivo”, comenta a bióloga Elaine Cristina Mathias da Silva Zacarin, professora na UFSCar, em reportagem da Revista A Lavoura.

NOVO ESTUDO

De acordo com estudo de biólogos brasileiros recentemente publicado na revista Scientific Reports (Grupo Nature), a ação de agroquímicos pode reduzir a vida das abelhas em até 50%. Conforme publicação da Agência Fapesp, os ingredientes ativos investigados foram o inseticida clotianidina e o fungicida piraclostrobina.

“Realizamos ensaios de toxicidade de agrotóxicos em larvas de abelhas e em concentrações ambientais relevantes, ou seja, concentrações realistas, como as encontradas residualmente no pólen das flores. O que nos interessa é descobrir a ação residual dos agrotóxicos, mesmo em concentrações baixíssimas, sobre esses insetos”, relata Elaine Cristina.

Além da coordenadora do estudo, também participaram os pesquisadores da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP). A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) apoiou a investigação, que recebeu financiamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Cooperativa dos Apicultores de Sorocaba e Região (Coapis).

topo ↕

ID NEWS - TEMPO REAL

O trabalho nos canaviais é revelado em Vidas talhadas no avesso da história

“Vidas talhadas no avesso da história” é uma coletânea de estudos sobre o trabalho nos canaviais, organizada pelos sociólogos Maria Aparecida de Moraes e Silva e Lúcio Vasconcelos de Verçoza, que será lançada pela Editora Annablumen nesta quinta-feira, dia 25 de abril, às 19h30, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), à Rua Ministro de Godoi, 969, sala 239, São Paulo (SP). A coletânea foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

O lançamento do livro acontece em conjunto com o debate “Grilagem, Demarcação, Trabalho e Violência no Campo”, organizado pela Editora Annablume, no auditório sala 239 do Prédio Novo da PUC-SP, o qual tem como convidados Cazé Angatú – Território Tupinambá de Oliveira (Ilhéus/BA), Egnaldo Rocha – quilombola, doutor História Social (PUC-SP), Lúcio Verçoza – professor UFAL, Maria Aparecida Moraes – professora UFSCar e Maria do Rosário Peixoto – professora PUC-SP.

O livro reúne diversos estudos sobre o trabalho nos canaviais. “Nas últimas décadas, o Brasil tem se projetado como um dos maiores produtores de commodities do mundo, tais como soja, milho açúcar, café, carnes, minérios e sucos de laranja. Na contramão da visibilidade dos volumes gigantescos desta produção, há o ocultamento e, até mesmo, a negação daqueles (as) que labutam nestas terras. Tal como no mito de Ariadne, os pesquisadores desta coletânea penetram nas profundezas dos canaviais paulistas e alagoanos, munidos de sólidas ferramentas teórico-metodológicas, a fim de descobrir a história/avesso desta produção. História relatada, vivenciada e sentida por homens, mulheres e crianças que deixam ou não suas terras, seus locais de origem em busca de trabalho. São verdadeiros nômades que circulam de um canto a outro do país, deixando rastros que são apagados pela mesma engrenagem que os move. Este livro revela a empreitada movida pelos autores para desapagar os rastros e trazer ao palco os sujeitos que fazem esta história. Empreitada também movida pela utopia de desviar e descarrilhar a locomotiva que conduz ‘o lado direito’ da mesma história”.

Os autores

Maria Aparecida de Moraes Silva

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1968), mestrado em Sociologie Du Développement Iedes – Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1978) e doutorado em Sociologie Du Développement Iedes – Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1980). Atualmente é livre-docente na Universidade Federal de São Carlos, PPG em Sociologia, e livre-docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura e capitalismo, agricultura e modernização, exploração do trabalho

modernização agrícola, trabalhadores rurais e migrantes e assentamentos rurais, relações de gênero e raça/etnia. É pesquisadora Nível 1A do CNPq. É professora visitante do programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar com bolsa de Pesquisadora Senior da **CAPES** (2010-2014). Participa, na condição de professora colaboradora, do corpo docente do curso de Especialização, Maestria e Doutorado Sociologia de la Agricultura latinoamericana da UNCo, na Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de Comahue/Argentina. Integrante do Grupo do CLACSO Transformaciones agrarias y trabajadores rurales: Deste grupo participam pesquisadores do Uruguai, Argentina, Brasil, México, Equador, Bolívia, Paraguai, Cuba, Peru, Espanha, França e EUA. É coordenado pelos professores Maurício Túbio de la Universidad de la República/Sato do Uruguai e Germán Quaranta de la Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina. É líder de grupo do CNPq, Terra, trabalho, memória, migrações. Site do grupo da UFSCar: www.trama.ufscar.br

Lúcio Vasconcellos de Verçoza
Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (2010), mestre (2012) e doutor (2016) em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Tem atuado principalmente nos seguintes temas: agricultura e capitalismo, assalariamento rural, migração, conflitos de classe e saúde do trabalhador. É membro do Grupo de Pesquisa CNPq “Terra, Trabalho, Memória e Migrações”, professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, do curso de medicina do Centro Universitário CESMAC e do curso de direito da Faculdade SEUNE. Autor do livro “Os homens-cangurus nos canaviais alagoanos: um estudo sobre trabalho e saúde” (Edufal -Fapesp).

Vidas talhadas no avesso da história

Estudos sobre o trabalho nos canaviais

Organizadores:

Maria Aparecida de Moraes Silva

Lúcio Vasconcellos de Verçoza

Editora Annablume/ FAPESP 2018/14071-0

ISBN é 978-85-391-0950-0

topo ↕

JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL

Criadores do SOS Chuva recebem prêmio em SP

Nesta quinta-feira (25), equipe que criou o SOS Chuva receberá o Prêmio Péter Murányi 2019, edição Ciência & Tecnologia, durante cerimônia a ser realizada em São Paulo.

O projeto tem como objetivo fornecer informações que podem reduzir o impacto de enchentes, deslizamentos de terras e descargas elétricas, além de auxiliar a população com recomendações sobre o que fazer em alguns desses casos.

Gratuito e disponível em forma de aplicativo e site, o programa possibilita que as pessoas tenham conhecimento de eventos extremos e possam tomar as devidas providências para que o dano seja o menor possível.

Na vanguarda da ciência atmosférica, a plataforma disponibiliza a “previsão imediata”, fator crucial para a identificação dos eventos meteorológicos e a definição de medidas preventivas. Trata-se de um serviço novo e de grande relevância para os profissionais da área e de órgãos como a Defesa Civil, pois pode identificar os acontecimentos localizados em bairros e ruas.

Acessível para qualquer um que tenha um smartphone, o app, criado em 2016, já foi instalado em mais de 186 mil dispositivos (iOS e Android) e possibilitou a visualização de aproximadamente quatro milhões de imagens de satélite ou radar.

O trabalho foi realizado pelos professores Luiz Augusto Machado e Luiz Eduardo Guarino, executado pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), com participação das universidades de São Paulo (USP) e de Campinas (Unicamp) e com financiamento da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

Os finalistas

O desenvolvimento de um programa de melhoramento genético da aveia, permitindo o cultivo desse cereal em áreas do Sul do Brasil, ficou em segundo lugar no Prêmio Péter Murányi 2019. Iniciado em 2000 e coordenado pelos professores Luiz Carlos Federizzi e Marcelo Teixeira Pacheco, o projeto nasceu com objetivo de adaptar as sementes da aveia ao clima subtropical e tornando-as resistentes às pragas comuns em território nacional e que costumam inviabilizar as colheitas, tornando seu cultivo sustentável. Os resultados colhidos permitiram que o Brasil deixasse de ser um importador de aveia, para tornar-se um exportador.

O terceiro colocado foi um trabalho inédito que resultou no desenvolvimento de um medicamento cujo princípio ativo é constituído por plantas que fazem parte da biodiversidade brasileira. Coordenado pelo professor João Batista Calixto, a pesquisa deu origem ao medicamento mais prescrito entre os anti-inflamatórios tópicos, o Acheflan. O medicamento foi registrado pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) em 2004, e teve sua comercialização liberada em junho de 2005.

Por dentro do Prêmio Péter Murányi 2019

O Prêmio Péter Murányi é realizado anualmente, com temas que se alternam a cada edição: Saúde, Ciência & Tecnologia, Alimentação e Educação. Cada tema é revisitado a cada quatro anos. O valor total é de R\$ 250 mil, divididos entre o vencedor (R\$ 200 mil), o segundo colocado (R\$ 30 mil) e o terceiro (R\$ 20 mil).

A premiação conta com o apoio das seguintes entidades: ABC (Academia Brasileira de Ciências), Aconbras (Associação dos Cônsules no Brasil); Aciesp (Academia de Ciências do Estado de São Paulo); Anpei (Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras); **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**; CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola); CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico); Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo); e SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).

topo ↕

MASSA NEWS - PR - TEMPO REAL

Estudo aponta 8 defensivos letais para abelhas

Um estudo realizado pelo Projeto Colmeia Viva entre os anos de 2014 e 2017 detectou oito moléculas com ação comprovadamente letal para a apicultura. A pesquisa analisou os 44 ingredientes ativos mais usados na agricultura do estado de São Paulo, os quais poderiam estar relacionados à mortalidade das abelhas.

O material foi coletado em 78 municípios paulistas, trabalhando com apicultores, agricultores e indústria de defensivos. Como resultado, os pesquisadores identificaram ações que protegem os apiários, entre elas a da conservação de margens de mínima segurança na aplicação de pesticidas, bem como a adoção de boas práticas agrícolas.

De acordo com os cientistas brasileiros, os efeitos benéficos do Projeto Colmeia Viva já começaram a surgir. Enquanto sumiram cinco mil colônias de abelhas no Rio Grandes do Sul, estados como Santa Catarina, Paraná e São Paulo registraram perdas menores nos apiários. As informações sobre essas moléculas letais e métodos de produção sustentável estão disponíveis no www.projetocolmeiaviva.org.br.

“Isso não quer dizer que as abelhas de São Paulo estão a salvo dos defensivos agrícolas. Longe disso. Estamos começando a testar quais são os efeitos sobre as abelhas melíferas do uso associado de inseticidas com fungicidas. E já descobrimos que um determinado tipo de fungicida, que quando aplicado de modo isolado no campo, é inofensivo às colmeias, ao ser associado a um determinado inseticida se torna nocivo”, comenta a bióloga Elaine Cristina Mathias da Silva Zacarin, professora na UFSCar, em reportagem da Revista A Lavoura.

NOVO ESTUDO

De acordo com estudo de biólogos brasileiros recentemente publicado na revista Scientific Reports (Grupo Nature), a ação de agroquímicos pode reduzir a vida das abelhas em até 50%. Conforme publicação da Agência Fapesp, os ingredientes ativos investigados foram o inseticida clotianidina e o fungicida piraclostrobina.

“Realizamos ensaios de toxicidade de agrotóxicos em larvas de abelhas e em concentrações ambientais relevantes, ou seja, concentrações realistas, como as encontradas residualmente no pólen das flores. O que nos interessa é descobrir a ação residual dos agrotóxicos, mesmo em concentrações baixíssimas, sobre esses insetos”, relata Elaine Cristina.

Além da coordenadora do estudo, também participaram os pesquisadores da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP). A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) apoiou a investigação, que recebeu financiamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Cooperativa dos Apicultores de Sorocaba e Região (Coapis).

topo ↕

NOTÍCIAS DA BAIXADA - TEMPO REAL

Jovem da Baixada Fluminense consegue estágio na NASA - Existe espaço pra meninas negras

DUQUE DE CAXIAS - A maior agência de pesquisas aeroespacial do planeta virou local de estudo para uma jovem de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Desde o início do ano, Carolyne Oliveira, de 27 anos, vem frequentando a NASA's Goddard Space Flight Center (Centro de Voos Espaciais Goddard, em tradução livre), em Greenbelt, Maryland, nos Estados Unidos, para aprimorar a própria pesquisa de mestrado.

A jovem, moradora do bairro da Vila Meriti, é aluna da UFRJ e tem como objeto de estudo a astrofísica extragaláctica. Em linhas gerais, Carolyne estuda uma semelhança entre as diferentes galáxias do universo.

“Eu sou aluna de mestrado no Observatório do Valongo (UFRJ) e a minha pesquisa é focada em astrofísica extragaláctica. Eu uso dados provenientes de vários telescópios junto com muita física e computação para entender como as galáxias evoluem pelo universo. Na colaboração na NASA, com a pesquisadora Dra. Antara Basu-zych, eu analiso como as propriedades físicas e a aparência dessas galáxias estão conectadas entre si e como a presença ou não de outras galáxias ao seu redor pode determinar o porquê dessas galáxias serem similares a galáxias distantes”, detalhou a estudante.

Formada em Astronomia pela própria UFRJ, Carolyne conseguiu uma bolsa de pesquisa pelo Programa Geral de Cooperação Internacional (PGCI) financiada pela **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, que é um programa para incentivar o intercâmbio de estudantes brasileiros no exterior. A astrônoma volta para Caxias no fim deste mês já com planos para retornar aos EUA. É lá que a astrônoma pretende fazer o doutorado.

“A minha orientadora no Brasil, Dra. Karin Menendez Delmestre, conseguiu essa bolsa pra mim e uma outra estudante (Camila de Sá Freitas) para passar 4 meses na NASA's Goddard Space Flight Center. O próximo passo é o doutorado, que eu espero que seja aqui nos EUA”, afirmou.

“Conhecimento é um bem”

Apesar de estar realizando um sonho, Carolyne confessou que nunca pensou que um dia estaria estudando na NASA. Ela passou por dificuldades para concluir a graduação, mas não desistiu dos estudos em astronomia. A jovem pretende agora ser um exemplo para outras meninas da periferia.

“Quando eu comecei a graduação em astronomia não imaginava que um dia estaria nos EUA colaborando com pesquisadores da NASA. Acho que só segui os conselhos da minha mãe que conhecimento é o único bem que ela poderia deixar pra mim e ninguém pode tirar de mim. Foi muito trabalhoso para mim e para a minha família, em especial a minha mãe, para que eu conseguisse terminar a faculdade. É importante mostrar para outras meninas negras que existe espaço para elas em qualquer ambiente de trabalho”, finalizou Carolyne.

topo ↕

PORTAL STYLO - TEMPO REAL

Prêmio Professores do Brasil está com inscrições abertas

As inscrições para a 12ª edição do Prêmio Professores do Brasil 2019 já estão abertas e podem ser feitas até o dia 31 de maio, exclusivamente pela página do prêmio <https://bit.ly/2IIGg2h>. Podem participar professores da educação básica da rede pública de todo País.

Realizado desde 2005, o prêmio é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) em parceria com instituições que buscam reconhecer, divulgar e premiar o trabalho de professores de escolas públicas que contribuem para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nas salas de aula.

O prêmio é dividido em três etapas: estadual, regional e nacional. Ao se cadastrar os participantes devem escolher entre seis categorias:

I – Educação Infantil: Creche

II – Educação Infantil: Pré-escola

III – Ensino Fundamental – anos iniciais (ciclo de alfabetização): 1º, 2º e 3º anos

IV – Ensino Fundamental – anos iniciais: 4º e 5º anos

V – Ensino Fundamental – anos finais: 6º a 9º anos

VI – Ensino Médio

Na etapa estadual os três primeiros colocados em cada categoria recebem certificado e medalha. Na fase regional, são R\$ 5 mil e medalha. Já os seis vencedores de cada categoria na etapa nacional recebem mais R\$ 8 mil, um troféu e viagem em missão de estudo oferecida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, juntamente com os coordenadores pedagógicos das escolas nas quais as práticas vencedoras foram realizadas.

Destaques da rede municipal de Palmas

Na 10ª edição do prêmio, a rede municipal de ensino de Palmas esteve bem representada por sete profissionais. Quatro professores venceram a etapa estadual sendo que a professora Nubia Pereira Brito Oliveira venceu também a etapa regional da categoria Creche e conquistou o prêmio de R\$ 7 mil, além de uma viagem à Irlanda, e equipamentos de informática com conteúdo educativo para as escolas. Além dos quatro vencedores da etapa estadual, três professores também tiveram projetos em destaque.

Na 11ª edição do prêmio realizada em 2018, as professoras da rede municipal, Leuraci Alves da Cruz dos Santos e Leonilde de Souza Alves Campos, venceram a etapa estadual do Prêmio e se classificam para a etapa regional. Além das duas vencedoras, a rede municipal de ensino teve também quatro projetos de educadores classificados como destaques nessa etapa da competição.

topo ↕

PREFEITURA DE PALMAS - TEMPO REAL

Prêmio Professores do Brasil está com inscrições abertas até o dia 31 de maio

As inscrições para a 12ª edição do Prêmio Professores do Brasil 2019 já estão abertas e podem ser feitas até o dia 31 de maio, exclusivamente pela página do prêmio <https://bit.ly/2IIGg2h>. Podem participar professores da educação básica da rede pública de todo País.

Realizado desde 2005, o prêmio é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) em parceria com instituições que buscam reconhecer, divulgar e premiar o trabalho de professores de escolas públicas que contribuem para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nas salas de aula.

O prêmio é dividido em três etapas: estadual, regional e nacional. Ao se cadastrar os participantes devem escolher entre seis categorias:

I – Educação Infantil: Creche

II – Educação Infantil: Pré-escola

III – Ensino Fundamental – anos iniciais (ciclo de alfabetização): 1º, 2º e 3º anos

IV – Ensino Fundamental – anos iniciais: 4º e 5º anos

V – Ensino Fundamental – anos finais: 6º a 9º anos

VI – Ensino Médio

Na etapa estadual os três primeiros colocados em cada categoria recebem certificado e medalha. Na fase regional, são R\$ 5 mil e medalha. Já os seis vencedores de cada categoria na etapa nacional recebem mais R\$ 8 mil, um troféu e viagem em missão de estudo oferecida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, juntamente com os coordenadores pedagógicos das escolas nas quais as práticas vencedoras foram realizadas.

Destaques da rede municipal de Palmas

Na 10ª edição do prêmio, a rede municipal de ensino de Palmas esteve bem representada por sete profissionais. Quatro professores venceram a etapa estadual sendo que a professora Nubia Pereira Brito Oliveira venceu também a etapa regional da categoria Creche e conquistou o prêmio de R\$ 7 mil, além de uma viagem à Irlanda, e equipamentos de informática com conteúdo educativo para as escolas. Além dos quatro vencedores da etapa estadual, três professores também tiveram projetos em destaque.

Na 11ª edição do prêmio realizada em 2018, as professoras da rede municipal, Leuraci Alves da Cruz dos Santos e Leonilde de Souza Alves Campos, venceram a etapa estadual do Prêmio e se classificam para a etapa regional. Além das duas vencedoras, a rede municipal de ensino teve também quatro projetos de educadores classificados como destaques nessa etapa da competição.

topo ↕

REVISTA PONTO JOVEM - TEMPO REAL

Mestrado gratuito em gestão e regulação de recursos hídricos está com 256 vagas abertas em 13 universidades

Mestrado gratuito em gestão e regulação de recursos hídricos está com 256 vagas abertas em 13 universidades

Até 6 de maio estarão abertas as inscrições para 256 vagas para o Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua). As inscrições para esta nova turma devem ser realizadas pelo site da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Ilha Solteira (SP), que é a instituição coordenadora do mestrado. Este curso tem 24 meses de duração, é presencial e possui atividades na modalidade de educação a distância (EaD).

Fomentado pela Agência Nacional de Águas (ANA) em 2015, o ProfÁgua tem como objetivo proporcionar uma formação teórica e prática aos profissionais e pesquisadores da área de recursos hídricos, aprimorando suas competências pessoais e profissionais. Com este mestrado o intuito é qualificar este público para lidar com os desafios mais complexos da gestão e da regulação das águas no País. Nesse sentido, os trabalhos de conclusão deverão ter um caráter de conhecimento aplicado, podendo ser no formato de manuais operativos, relatórios técnicos, aplicativos, patentes, artigos, sistemas ou mesmo dissertações.

A ANA já investiu um pouco mais de R\$ 6,5 milhões para o funcionamento do curso nos seus primeiros anos de existência, através da descentralização de recursos para a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, que avaliou o mestrado com a nota 4, a maior para novos cursos.

Os candidatos devem anexar os documentos listados no Edital ProfÁgua nº 01/2019 e pagar uma taxa de inscrição de R\$ 70. Os interessados em concorrer deverão apresentar proposta de projeto de pesquisa que seja aderente a uma ou mais linhas de pesquisa do mestrado, que são as seguintes: ferramentas aplicadas aos instrumentos de gestão de recursos hídricos; metodologias para implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos; planejamento e gestão de recursos hídricos; e segurança hídrica e usos múltiplos da água.

Além disso, os projetos devem seguir as normas do edital de abertura do processo seletivo, que será realizado por cada uma das 13 universidades públicas que oferecem o mestrado profissional este ano (veja a lista abaixo).

A seleção também terá uma fase de análise dos currículos dos candidatos no formato da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que constituirá a prova de títulos do processo seletivo. A análise de currículo levará em consideração o histórico escolar da graduação, experiência profissional, experiência em pesquisa e extensão nos últimos cinco anos e capacitação em cursos de especialização ou extensão nos últimos dez anos dentro das áreas correlatas ao ProfÁgua.

Além da análise da proposta de projeto de pesquisa, os candidatos terão que fazer uma prova de conhecimentos específicos sobre gestão e regulação de recursos hídricos, sendo que as referências bibliográficas mínimas estão disponíveis no site da UNESP.

Segundo o cronograma da seleção, as inscrições serão homologadas em 24 de maio e o

resultado após os recursos será divulgado em 3 de junho. A prova de conhecimentos específicos acontecerá em 15 de junho e o gabarito sairá em 17 de junho. O resultado após os recursos está previsto para 26 de junho. No caso da prova de títulos e das propostas de projetos de pesquisa, as notas serão divulgadas em 8 de julho e o resultado após os recursos sairá em 15 de julho, mesmo dia em que será publicado o resultado final. As matrículas vão de 22 a 26 de julho e as aulas começarão em 12 de agosto em cada universidade participante do ProfÁgua.

Informações

Para mais informações sobre o processo seletivo do ProfÁgua os candidatos podem entrar em contato pelo e-mail profagua@unesp.br.

Vagas oferecidas por universidade

INSTITUIÇÃO CAMPUS VAGAS

Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Manaus (AM) 14
Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Parintins (AM) 6
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Rio de Janeiro (RJ) 20
Universidade Federal da Bahia (UFBA) Salvador (BA) 16
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) Sumé (PB) 20
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Recife (PE) 16
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Porto Alegre (RS) 16
Universidade Federal de Roraima (UFRR) Boa Vista (RR) 20
Universidade de Brasília (UnB) Planaltina (DF) 20
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) Cuiabá (MT) 20
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) Ilha Solteira (SP) 28
Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) Itabira (MG) 20
Universidade Federal de Rondônia (UNIR) Ji-Paraná (RO) 20
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTPR) Campo Mourão (PR) 20

Capacitação

Segundo a Lei nº 9.984/2000, que criou a ANA, cabe à instituição estimular a pesquisa e a capacitação de recursos humanos para a gestão de recursos hídricos. Por isso, a Agência oferece cursos continuamente para representantes de entidades que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e para a sociedade em geral. Para saber mais, acesse o Portal Capacitação para a Gestão das Águas. A página oferece cursos gratuitos nas modalidades presencial, semipresencial e ensino a distância (EaD), todos eles com direito a certificado para quem conclui as atividades com o aproveitamento mínimo exigido.

topo ↕

SUCESSO NO CAMPO - TEMPO REAL

Estudo aponta 8 defensivos letais para abelhas

Um estudo realizado pelo Projeto Colmeia Viva entre os anos de 2014 e 2017 detectou oito moléculas com ação comprovadamente letal para a apicultura. A pesquisa analisou os 44 ingredientes ativos mais usados na agricultura do estado de São Paulo, os quais

poderiam estar relacionados à mortalidade das abelhas.

O material foi coletado em 78 municípios paulistas, trabalhando com apicultores, agricultores e indústria de defensivos. Como resultado, os pesquisadores identificaram ações que protegem os apiários, entre elas a da conservação de margens de mínima segurança na aplicação de pesticidas, bem como a adoção de boas práticas agrícolas.

De acordo com os cientistas brasileiros, os efeitos benéficos do Projeto Colmeia Viva já começaram a surgir. Enquanto sumiram cinco mil colônias de abelhas no Rio Grandes do Sul, estados como Santa Catarina, Paraná e São Paulo registraram perdas menores nos apiários. As informações sobre essas moléculas letais e métodos de produção sustentável estão disponíveis no www.projetocolmeiaviva.org.br.

“Isso não quer dizer que as abelhas de São Paulo estão a salvo dos defensivos agrícolas. Longe disso. Estamos começando a testar quais são os efeitos sobre as abelhas melíferas do uso associado de inseticidas com fungicidas. E já descobrimos que um determinado tipo de fungicida, que quando aplicado de modo isolado no campo, é inofensivo às colmeias, ao ser associado a um determinado inseticida se torna nocivo”, comenta a bióloga Elaine Cristina Mathias da Silva Zacarin, professora na UFSCar, em reportagem da Revista A Lavoura.

NOVO ESTUDO

De acordo com estudo de biólogos brasileiros recentemente publicado na revista Scientific Reports (Grupo Nature), a ação de agroquímicos pode reduzir a vida das abelhas em até 50%. Conforme publicação da Agência Fapesp, os ingredientes ativos investigados foram o inseticida clotianidina e o fungicida piraclostrobina.

“Realizamos ensaios de toxicidade de agrotóxicos em larvas de abelhas e em concentrações ambientais relevantes, ou seja, concentrações realistas, como as encontradas residualmente no pólen das flores. O que nos interessa é descobrir a ação residual dos agrotóxicos, mesmo em concentrações baixíssimas, sobre esses insetos”, relata Elaine Cristina.

Além da coordenadora do estudo, também participaram os pesquisadores da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP). A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) apoiou a investigação, que recebeu financiamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Cooperativa dos Apicultores de Sorocaba e Região (Coapis).

topo ↕

SUÍNO BRASÍLIA - NOTÍCIAS

ESTUDO APONTA 8 DEFENSIVOS LETAIS PARA ABELHAS

Um estudo realizado pelo Projeto Colmeia Viva entre os anos de 2014 e 2017 detectou oito moléculas com ação comprovadamente letal para a apicultura. A pesquisa analisou os 44 ingredientes ativos mais usados na agricultura do estado de São Paulo, os quais poderiam estar relacionados à mortalidade das abelhas.

O material foi coletado em 78 municípios paulistas, trabalhando com apicultores, agricultores e indústria de defensivos. Como resultado, os pesquisadores identificaram

ações que protegem os apiários, entre elas a da conservação de margens de mínima segurança na aplicação de pesticidas, bem como a adoção de boas práticas agrícolas.

De acordo com os cientistas brasileiros, os efeitos benéficos do Projeto Colmeia Viva já começaram a surgir. Enquanto sumiram cinco mil colônias de abelhas no Rio Grandes do Sul, estados como Santa Catarina, Paraná e São Paulo registraram perdas menores nos apiários. As informações sobre essas moléculas letais e métodos de produção sustentável estão disponíveis no www.projetocolmeiaviva.org.br.

“Isso não quer dizer que as abelhas de São Paulo estão a salvo dos defensivos agrícolas. Longe disso. Estamos começando a testar quais são os efeitos sobre as abelhas melíferas do uso associado de inseticidas com fungicidas. E já descobrimos que um determinado tipo de fungicida, que quando aplicado de modo isolado no campo, é inofensivo às colmeias, ao ser associado a um determinado inseticida se torna nocivo”, comenta a bióloga Elaine Cristina Mathias da Silva Zacarin, professora na UFSCar, em reportagem da Revista A Lavoura.

NOVO ESTUDO

De acordo com estudo de biólogos brasileiros recentemente publicado na revista Scientific Reports (Grupo Nature), a ação de agroquímicos pode reduzir a vida das abelhas em até 50%. Conforme publicação da Agência Fapesp, os ingredientes ativos investigados foram o inseticida clotianidina e o fungicida piraclostrobina.

“Realizamos ensaios de toxicidade de agrotóxicos em larvas de abelhas e em concentrações ambientais relevantes, ou seja, concentrações realistas, como as encontradas residualmente no pólen das flores. O que nos interessa é descobrir a ação residual dos agrotóxicos, mesmo em concentrações baixíssimas, sobre esses insetos”, relata Elaine Cristina.

Além da coordenadora do estudo, também participaram os pesquisadores da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP). A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) apoiou a investigação, que recebeu financiamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Cooperativa dos Apicultores de Sorocaba e Região (Coapis).

topo ↕

SUL21 - TEMPO REAL

Desmonte da ciência brasileira compromete seriamente futuro do país, alerta manifesto

O descaso e o desmonte do sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação está compromete seriamente o futuro do Brasil. A interrupção do investimento e da formação de cientistas provocará uma desqualificação do país no cenário mundial e afetará diretamente a qualidade de vida e a segurança da população. A política deliberada de desmonte das universidades, dos institutos federais e da Ciência brasileira como um todo é um atentado contra o povo e um grande retrocesso para todo o país. A advertência foi feita nesta quarta-feira (24) por um manifesto lançado pela ADUFRGS-Sindical denunciando o desmonte do sistema de pesquisa e ciência no país. O documento é uma resposta à política de desmonte da Ciência promovida pelo governo Bolsonaro, que anunciou cortes na **Capes** e no CNPq e tem dito que as universidades

públicas não produzem pesquisa.

Além das universidades, estudantes e pesquisadores, esse processo de desmonte atingirá também o cotidiano dos brasileiros, alerta ainda o manifesto. “A Saúde e a Educação são prioridades e todos têm que entender que o desmonte da Ciência faz parte de uma política deliberada de desmonte do serviço público brasileiro e de sua privatização, abrindo ao mercado financeiro especulativo a chance de aumentar cada vez mais seus lucros e, a setores internacionais, a oportunidade de se apropriar das riquezas nacionais estratégicas, tornando a vida dos brasileiros, sobretudo os mais pobres, cada vez mais difícil”.

O manifesto foi lançado no Campus do Vale da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), durante um bate-papo sobre o desmonte da Ciência & Tecnologia e pesquisa no Brasil com o presidente da ADUFRGS-Sindical, Paulo Machado Mors. Nesta atividade, a ADUFRGS também coletou assinaturas para o abaixo-assinado nacional contra a Reforma da Previdência. Após o lançamento, o Ciclo de Debates Universidade do Futuro, promovido pelo Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (ILEA) em parceria com a ADUFRGS, debateu o lugar do Brasil na Ciência e Tecnologia, com a participação do professor Glauco Arbix, do Observatório da Inovação do IEA-USP.

Manifesto foi lançado durante atividade da ADUFRGS no Campus do Vale.
(Divulgação)

Confira abaixo a íntegra do manifesto lançado pela ADUFRGS-Sindical:

Para onde caminhamos – O desmonte do sistema de CT&I é aposta na entrega do País
Manifesto da ADUFRGS-Sindical contra a política do Governo Federal de destruição da Ciência brasileira

Nos últimos anos e, principalmente, nos últimos meses a Ciência brasileira tem sofrido muitos ataques. Já no governo anterior, a fusão do Ministério da Ciência e Tecnologia com o das Comunicações, o fim do programa Ciência Sem Fronteiras e os cortes orçamentários promovidos após a edição da Emenda Constitucional 95, além do confisco dos recursos próprios das Universidades, já foram gravíssimos ataques ao futuro soberano do Brasil. Isso só está piorando, a olhos vistos, no governo Bolsonaro.

Estamos lendo e ouvindo que órgãos de fomento como **CAPES** e **CNPq** estão com dinheiro contado até setembro deste ano. Bolsas serão cortadas deixando cerca de 80.000 pessoas atingidas, incluindo alunos de iniciação científica, mestrandos, doutorandos, pós-doutorandos e professores que fazem pesquisa no País. Na LDO de 2020 não há previsão de reajuste salarial e nem de realização de concursos públicos, o que poderá esvaziar nossas instituições públicas federais, que são responsáveis pela grande maioria da pesquisa que é feita no Brasil, tanto pesquisa básica quanto de interação com o setor produtivo. Soma-se a isso a enxurrada de aposentadorias que se vislumbra, com a tentativa do governo de reformar a Previdência. Sem professores e pesquisadores não se faz Ciência, e esse desmonte do sistema é uma política deliberada de setores políticos que defendem a privatização dos serviços públicos e a subserviência a outros países.

A Ciência salva vidas. Todos precisam se mobilizar. A população precisa tomar conhecimento do desmonte e ajudar para que a Ciência não morra. Muitos projetos serão interrompidos. Desenvolvimento de vacinas, estudos moleculares de doenças raras e medicamentos, apenas como exemplos, sofrerão prejuízos incalculáveis e deixarão milhares de pacientes sem esperanças para continuar suas vidas.

A autonomia nacional depende da Ciência e da pesquisa. A Petrobras se tornou referência mundial na prospecção de petróleo em águas profundas e a descoberta da camada pré-sal é prova do que significa a sinergia entre a empresa e as Universidades Públicas brasileiras, que desenvolveram essa tecnologia. O que se vê agora? O governo, ao invés de apostar no desenvolvimento da autossuficiência em petróleo, aposta em não produzir, tornar ociosas nossas refinarias e em importar cada vez mais derivados de petróleo, principalmente dos Estados Unidos, com sua política entreguista de preços internacionais, que só torna a vida dos brasileiros cada vez mais cara. Foi a Embrapa e suas parcerias com as Universidades e Institutos Federais que tornaram o Brasil referência mundial em eficiência na produção agrícola.

Até na área militar e de defesa a aposta é antinacional; exemplos são a entrega da Embraer para a Boeing e da base de Alcântara para os americanos. O futuro do país está em jogo e, ao contrário de outros países, que investem maciçamente em novas tecnologias, ambientalmente sustentáveis, em novos materiais, em novas fontes de energia, em busca de uma nova maneira de produzir, com a preservação do meio ambiente e o combate ao aquecimento global, o Brasil abre mão de organizar a conferência mundial do clima, abre as portas para o desmatamento e a venda de terras para estrangeiros. Tudo isso tem a ver com Ciência e tudo isso vai parar com essa política suicida de cortes de verbas, de desvalorização dos pesquisadores e entrega da tecnologia nacional.

Muitas entidades ligadas à Ciência têm se manifestado e alertado para esse desmonte, caso da SBPC, que tem colocado em seu portal diversas matérias chamando a atenção para esse grave problema. O descaso com nosso sistema de CT&I compromete seriamente o futuro da Nação. A interrupção do investimento e da formação de cientistas nos desqualificará seriamente no cenário mundial. E podemos complementar que na área da saúde, por exemplo, a população brasileira irá sofrer com surtos de novas doenças e também com doenças antigas já erradicadas em nosso meio. Os hospitais universitários realizam gratuitamente mais de um milhão de consultas e procedimentos por ano, segundo o Ministério da Educação, todos feitos com ajuda de profissionais envolvidos em Universidades. As nossas Universidades são centros de pesquisa de altíssima qualidade mesmo com o escasso dinheiro que nos chega. Trabalhos de brasileiros são premiados a todo o momento.

Por isso todos devem se envolver nessa causa. A Saúde e a Educação são prioridades e todos têm que entender que o desmonte da Ciência faz parte de uma política deliberada de desmonte do serviço público brasileiro e de sua privatização, abrindo ao mercado financeiro especulativo a chance de aumentar cada vez mais seus lucros e, a setores internacionais, a oportunidade de se apropriar das riquezas nacionais estratégicas, tornando a vida dos brasileiros, sobretudo os mais pobres, cada vez mais difícil.

Essa política deliberada de desmonte das Universidades, dos Institutos Federais e da Ciência brasileira, é um atentado contra o povo, e um grande retrocesso no que se estava

observando nas últimas décadas, com a expansão do sistema federal de educação, com os avanços na Ciência brasileira e com a diminuição da pobreza. Todos temos que nos rebelar e lutar contra este estado de coisas.

Salvemos a Ciência Brasileira!!!

Porto Alegre, 24 de abril de 2019 – Dia Nacional de Mobilização da Educação

0Share

Tweet

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

A crise no ensino público e o papel do Estado na Educação

A precariedade e a desigualdade na Educação pública estão alavancando o crescimento das redes privadas a nível global e levando muitos países a rever o modelo de gestão de seus sistemas de ensino

Uma sociedade justa é aquela que oferece a todas as pessoas as mesmas chances de se desenvolver, de prosperar e de melhorar de vida, independentemente de sua origem, cor, gênero, código postal ou conta bancária. A Educação é a principal variável de acesso a essas oportunidades e, portanto, um fator determinante para a redução das desigualdades. À luz dessa percepção, consolidou-se no mundo todo a ideia de que a Educação é um bem social, um direito, e, por isso, um dever dos Estados. Hoje, praticamente não há país que se exima, pelo menos nos termos da lei, da responsabilidade de propiciar a todos os seus cidadãos um ensino gratuito e de qualidade.

É inegável que a Educação pública contribuiu e vem contribuindo, mesmo que de forma menos acentuada mais recentemente, para romper ciclos geracionais de pobreza. Para milhões de jovens, estudar continua a ser única maneira de subir a escada social por meio do esforço e do mérito. Mas será que os Estados vão dar conta de bancar e de prover o tipo de escolarização que o século 21 exige?

O panorama atual do ensino público global é desanimador. A precariedade da aprendizagem e a desigualdade na Educação pública, que tanto prejudicam as crianças e jovens do nosso país, não são problemas exclusivos do Brasil: esses dois fatores contaminam a maioria dos sistemas públicos de ensino, segundo relatório do Banco Mundial, e muitos deles estão começando a agir no sentido contrário, ampliando as lacunas sociais, em vez de estreitá-las. Isso tem levado milhares de famílias, pelo menos as que dispõem de algum recurso financeiro, a buscarem as redes privadas de ensino na esperança de garantir aos seus filhos um futuro melhor.

Nunca tantos pais e mães, ricos e pobres, gastaram tanto com Educação particular como agora. Como mostra um reportagem da revista The Economist publicada há duas semanas, o ensino privado está ressurgindo com força total no mundo inteiro. Nos últimos quinze anos, tanto nos países ricos como nos de renda baixa e média, o número de matrículas em escolas particulares aumentou, passando de 10% para 17% na etapa correspondente ao fundamental e de 19% para 27% nos anos equivalentes ao Ensino Médio. Um exemplo disso é a minha manicure, que parou de pagar seu seguro saúde para poder colocar sua netinha, de 6 anos, numa escola privada, pois entende que esse é

o melhor investimento que a família pode fazer para que ela tenha uma vida mais próspera do que a de seus pais e avós.

Nesse contexto, a discussão sobre qual o papel do Estado na Educação ganha ainda mais relevância e nos leva a refletir sobre algumas questões: será que o ensino público deve ser de competência exclusiva do Estado? Caberia à sociedade civil participar mais ativamente da Educação pública? De que forma? As famílias deveriam poder decidir de que maneira seus filhos serão educados, já que contribuem para o financiamento do sistema de ensino por meio de impostos? Devemos ter um único modelo de escola pública ou um sistema mais plural, em que diferentes formatos coexistem?

Em muitos lugares, a bifurcação entre o privado e o público na Educação está sendo substituída por uma via única, mais ampla e de mão dupla. Vários países, como Colômbia, Chile, Suécia e Inglaterra, caminham nessa direção e experimentam um sistema misto, no qual escolas públicas são parcialmente financiadas e geridas pelo setor privado e escolas privadas recebem financiamento público. Em artigo na Folha, o economista Naércio Menezes Filho, do Insper, discute a flexibilização da gestão brasileira nesses moldes. Segundo ele, tanto o sistema de vouchers como o de escolas conveniadas, dois modelos em voga nos Estados Unidos, poderiam, em tese, impactar positivamente o ensino básico no país.

No sistema de vouchers, uma possibilidade considerada pelo atual governo, a ideia é que as famílias possam, financiadas pelo poder público, escolher a melhor escola para os filhos, seja ela pública ou privada. No modelo de escolas conveniadas, ou charters schools, as escolas públicas são geridas por empresas privadas e possuem autonomia para determinar currículos e salários, contratar e demitir professores, introduzir novas metodologias e testar inovações. Em ambos os casos, cria-se uma “competição” entre as escolas para atrair alunos e recursos, o que tenderia a beneficiar o sistema educacional como um todo. No entanto, é bom lembrar, nenhuma dessas soluções está livre de falhas.

Enfim, o tema é ultra complexo, envolve uma série de questões e, do meu ponto de vista, assumir um posicionamento categórico e radical sobre isso, agora, é precipitação. De forma geral, sou da opinião de que o Estado deve, sim, estar à frente da Educação pública por razões de igualdade e de justiça social, e não sou totalmente contra participação do setor privado – só acho que essa participação, se houver, deve ser muito bem pensada e respeitar alguns critérios.

Nossa situação é grave. A Educação básica em nosso país, tanto pública quanto privada, do jeito que está hoje, compromete as chances dos nossos jovens de evoluir e nos coloca muito abaixo das outras nações em termos de competitividade. Neste momento, mais importante do que defender com unhas e dentes um modelo ou outro de gestão, é pensar no bem da nossa Educação e do Brasil.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC autoriza implantação do curso de direito no câmpus da UFT em Arraias Segundo a universidade, o curso surgiu a partir de uma demanda da própria comunidade. Prograd informou que vagas serão disponibilizadas assim que as próximas etapas para instalação do curso forem concluídas.

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi autorizada pelo Ministério da Educação a implantar o curso de direito, no câmpus de Arraias. A portaria com a autorização foi publicada no Diário Oficial da União.

Segundo a universidade, o curso surgiu de uma demanda da própria comunidade e municípios vizinhos. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, a graduação de Bacharelado em Direito já estava prevista para ser implantada até 2020, mas o processo foi antecipado por deliberação dos órgãos colegiados do câmpus.

Segundo o reitor da UFT, Luís Eduardo Bovolato, "o curso dará oportunidade a muitos jovens da região de acessarem um curso de direito em uma universidade pública".

Segundo a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), o momento é de aguardar a conclusão das próximas etapas até que o curso possa figurar entre as opções disponíveis nos processos seletivos para ingresso na UFT.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Como universidades podem dar a presos acesso à educação

Dos mais de 700 mil presos no Brasil, 75% estudaram apenas até o ensino fundamental. Um ex-detento do Carandiru, hoje professor da USP, e uma de suas alunas dão exemplos de como universidades podem mudar esse cenário. Desde os anos 2000, o professor Roberto da Silva, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), tenta aproximar a maior universidade pública do Brasil da população privada de liberdade.

Em suas pesquisas, o educador se ocupa da formação de professores e da produção de material didático apropriado para o ensino formal em presídios e na Fundação Casa (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente).

Ele já ganhou nove prêmios em reconhecimento aos seus esforços para promover educação para presos e recentemente participou da publicação do livro *Didática no Cárcere* (Editoria Giostri, 2018).

"Estou empenhado em fazer a USP assumir a responsabilidade pela educação nas prisões que estão no seu território de influência, São Paulo capital, onde há cerca de 10 mil presos, entre adolescentes, mulheres e homens", conta Silva.

Uma das iniciativas já promovidas pelo professor foi a de levar adolescentes internos da Fundação Casa para frequentarem aulas na USP junto com os alunos regularmente matriculados nos cursos da universidade. Escoltados, os adolescentes assistiam aulas duas vezes por semana.

O educador conta que os menores eram participativos dentro da sala de aula, onde eram incentivados a estudar. Mas muitos abandonavam os estudos depois que saíam da Fundação Casa por motivos como ter que trabalhar para ajudar na renda familiar.

Professor da USP desde 2009, Silva só pôde concluir o Ensino Médio aos 30 anos de idade, já que passou pelo menos 16 anos de sua juventude na Fundação Casa e na Casa de Detenção de São Paulo, o extinto Carandiru.

Depois de ser condenado a 36 anos de prisão na década de 1970, Silva começou a ver a própria vida mudar quando conseguiu um trabalho no setor administrativo do Carandiru. Além de diminuir a pena para um quinto, o trabalho o colocou em contato com a leitura.

"Como eu tinha acesso aos prontuários, comecei a ler esses documentos e a conversar com os presos a respeito da situação deles, tentando ajudá-los com informações sobre seus casos", lembra.

Para conseguir orientar os colegas, Silva buscava o apoio de estudantes de Direito da USP que desenvolviam trabalho de extensão universitária no Carandiru e enviava cartas para editoras e professores pedindo livros e assinaturas de jornal.

"Comecei a ler praticamente tudo que me caía nas mãos: Filosofia, Ciência Política, Teologia, etc", lembra. "A partir da leitura, comecei a querer saber quem eu era, qual era o meu potencial, e entender minha condição de condenado, se era mesmo criminoso como a Justiça e a polícia afirmavam que eu era."

Em 1984, após mais de dez anos na prisão, ele foi solto. "Apesar do conhecimento que adquiri na cadeia por conta própria, saí dali com a mesma escolaridade que entrei, porque educação de detentos não era preocupação de nenhum setor da sociedade", afirma, contando que até os 28 anos, idade com que saiu da cadeia, tinha estudado somente até a 5ª série do antigo 1º grau.

Em 1993, Silva foi aprovado no vestibular de Pedagogia da Universidade Federal do Mato Grosso. Em 1998, tornou-se mestre em Educação; e em 2001, doutor. Todos os títulos foram obtidos pela USP, com pesquisas sobre como a educação pode ajudar a recuperar presos e menores infratores.

Nível educacional e prisões

O Brasil tem a terceira maior população encarcerada do mundo, com cerca de 727 mil pessoas presas, segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen).

O número equivale aproximadamente à população de cidades como João Pessoa, na Paraíba, ou Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Menos de 1% dessa população tem graduação, enquanto 75% não chegaram ao ensino médio. Mais da metade, 55%, são jovens entre 18 e 29 anos de idade.

Para lidar e enfrentar o problema do baixo nível educacional da população encarcerada no Brasil, em 2010, o Governo Federal estabeleceu o Plano Estadual de Educação em Prisões, para o qual os estados tiveram de elaborar projetos de expansão da oferta de educação de seus presídios.

"Porém, o que existe são apenas diretrizes do Ministério da Educação. Não há projetos sérios de educação formal nos presídios", afirma Patrick Cacicedo, defensor público do estado de São Paulo. "O que existem são apenas atividades informais, em grande parte por iniciativa dos próprios presos, que repassam aos demais algum conhecimento ou

ofício que possuem, assumindo a figura do preso-monitor."

Na contramão do Plano Estadual, em 2017 o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária retirou a obrigatoriedade dos presídios de terem tanto áreas de serviço, como lavanderia e cozinha, quanto escolas e espaços de ensino.

"Segundo essa atual política, para um presídio ser inaugurado, basta ter celas e um número mínimo de agentes penitenciários. Pouco importa se há uma equipe mínima de saúde, educação ou assistência social no local", afirma Cacicedo.

A média nacional de presos que estudam nas unidades prisionais é de apenas 13% e, isso quando se contabilizam atividades de leitura como sendo atividades de estudos.

Cacicedo chama atenção para o fato de que os estados que vivem grandes crises carcerárias são os que têm presos com atividade educacional quase nula.

"No Rio Grande do Norte, onde está a Penitenciária de Alcaçuz, por exemplo, apenas 2% dos presos participam de alguma atividade educacional", diz.

Em janeiro de 2017, a Penitenciária de Alcaçuz viveu uma das maiores rebeliões de presos do Brasil, que resultou em 26 mortes.

Exemplo na Paraíba

Em 2013, a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) inaugurou o primeiro campus universitário dentro de um presídio, o Campus Avançado do Complexo Penitenciário de Serrotão, em Campina Grande.

Com o objetivo de oferecer educação e ensino técnico aos mil detentos e cem detentas do Complexo de Serrotão, o Campus Avançado da UEPB tem uma estrutura de oito salas de aula, berçário, biblioteca, salas de informática, de leitura e de vídeo, e um salão multiuso.

"O Campus Avançado em Serrotão foi inaugurado oferecendo atividades de extensão e ensino, como oficinas de música, aulas de educação básica, cursos pré-Enem, atividades de atendimento jurídico, educação física, debates. Tudo era ministrado pelos próprios docentes da UEPB, com envolvimento direto dos universitários", descreve Carolina Bessa, doutora em Educação, que esteve no campus da unidade prisional para desenvolver sua tese de doutorado, defendida em 2018 na USP sob a orientação do professor Silva.

Até 2016, a experiência do Campus Avançado em Serrotão foi bem-sucedida. Um indicativo disso é o fato de 856 presos e presas em presídios da Paraíba terem se inscrito no Enem em 2015, enquanto em 2011, antes do Campus Avançado, apenas 51 detentos do estado prestaram a prova. Em 2015, três detentos do regime fechado foram aprovados em cursos de graduação, porém nenhum deles foi liberado para cursar o ensino superior e retornar à prisão no final do dia.

Desde 2017, as atividades do Campus Avançado em Serrotão foram suspensas por corte

de verba na UEPB. Atualmente, está em funcionamento apenas o projeto "Educação em direitos humanos e meio ambiente: uma proposta de ressocialização através da implantação do núcleo de reciclagem e beneficiamento do Presídio Serrotão em Campina Grande". Faz parte do plano original do Campus Avançado oferecer formação em curso superior aos detentos.

"Em tempos de encarceramento em massa de populações negras, jovens e periféricas, numa lógica que não tem atendido a prevenção de crimes nem a reintegração social dos presos, a universidade na prisão deveria ser um comprometimento com a redução das prisões e do isolamento social que elas representam hoje", defende Bessa, afirmando que a experiência do Campus Avançado de Serrotão pode servir de modelo para que outras universidades implementem projetos de educação em unidades prisionais pelo Brasil.

Com base na tese de doutorado de Bessa, o professor Silva pesquisa a elaboração de um modelo pedagógico que poderá ser adotado nas prisões paulistas.

"O objetivo é fazer com que cada universidade pública do estado de São Paulo assuma a responsabilidade pela educação nas unidades prisionais no seu território", explica o educador.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Dinheiro do MEC sustenta escolinha dos sem terrinha, diz ministro

O novo ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou hoje que, se depender dele, não haverá mais recursos para o que chamou de "escolinha dos sem terrinha", em referência ao MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).

Sem citar números, o chefe da pasta, que substituiu o colombiano Ricardo Vélez no começo do mês, declarou que a destinação de verbas públicas seguia, até então, "viés ideológico".

"A gente está chegando ao governo e vendo que muitos recursos públicos estavam indo para áreas que têm forte viés ideológico. Muitas escolas sem terrinha são sustentadas com dinheiro do povo, do contribuinte, do pagador de imposto. Você aí está pagando mais caro o leite do seu filho, uma parte desse imposto, ICMS, acaba indo para a escolinha dos sem terrinha. Isso tem que acabar", disse.

"Quer fazer, faz com o dinheiro deles. Não com o nosso", completou.

Weintraub recebeu hoje a visita do presidente Jair Bolsonaro (PSL) na sede do MEC, em Brasília. O mandatário endossou o discurso do subordinado e pediu a palavra para cumprimentar o ministro e comentar o que chamou de "dado alarmante".

Bolsonaro narrou ter tomado conhecimento, após conversa com o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que muitos homens brasileiros têm o pênis amputado em razão da falta de higiene.

"Ele [Mandetta] deu um dado alarmante: quando se fala em higiene, no Brasil, ainda nós temos 1.000 amputações de pênis por ano por falta de água e sabão", declarou o presidente. Disse ainda que é preciso "ajudar essas pessoas", "conscientizando-as".

"Como é triste para nós essa quantidade de amputações que nós temos por ano."

A declaração inusitada de Bolsonaro foi dada logo depois que Weintraub defendeu a ideia de que é necessário dar fim a uma suposta "divisão" entre os brasileiros.

"Acabou isso de dividir os brasileiros. Somos todos brasileiros. Depois de sermos todos brasileiros, podemos ter diferentes protetores solares, quilombolas, índios. Mas antes de tudo, todo mundo é brasileiro. Acabou isso de querer dividir a gente. A gente é um país só. Uma nação só."

"Metas agressivas"

Após o encontro com Bolsonaro, Weintraub anunciou que o ministério traçará "metas agressivas", mas não quis adiantar o teor delas. Respondeu apenas que irá às comissões de educação do Senado e da Câmara dos Deputados para explicitá-las.

Em linhas gerais, o chefe do MEC comentou que o principal objetivo é "melhorar tecnicamente e conceitualmente a educação brasileira". "Ênfase na pré-escola e na educação básica. Tem que melhorar a capacidade de leitura das nossas crianças. A capacidade de fazer conta, matemática, regra de três."

Fiel ao mesmo princípio, Bolsonaro afirmou esperar do subordinado uma gestão que "entregue na ponta da linha um bom brasileiro". "Uma meta nossa é: os nossos filhos têm que ser melhores do que nós", disse o presidente, revelando ainda que passará a visitar toda semana um ministério diferente.

Para Weintraub, além da percepção de que é preciso acabar com o que chama de "viés ideológico", o MEC buscará "focar na técnica". "A gente precisa focar em melhorar no Pisa. Não podemos ficar tão para trás de outros países da América Latina. Isso é um absurdo. É uma vergonha."

Assim como havia feito em seu discurso de posse, o ministro também criticou Paulo Freire, morto em 1997, que é tido por muitos educadores como uma referência na área da pedagogia. "Por que a gente não pode discutir as coisas aqui? É dogma?", questionou. "Aquele cara lá, o Paulo Freire. Aquele cara ali. Aquele mural, está vendo aquele mural? Eu acho que é dogma. A gente não pode discutir? Tudo que ele falou é certo? Vamos apresentar números e evidências."

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Escolas de SP receberão R\$ 50 milhões para diagnosticar problema de aprendizagem

A Secretaria Estadual de Educação anunciou um aporte de R\$ 50 milhões às escolas de São Paulo para a implementação de um programa que prevê o diagnóstico e elaboração de solução para problemas de aprendizagem. Chamado de Gestão em Foco - Método de Melhoria de Resultados, o projeto está na terceira fase de expansão e atinge agora todas as unidades da rede.

Nessa última etapa, serão contempladas 1.715 unidades de 39 diretorias de ensino do interior paulista. Pelo método, as escolas devem montar painéis com as metas estipuladas e com as soluções pensadas para atingi-las.

"É uma metodologia que auxilia na organização escolar. Nós temos as avaliações externas e as bimestrais, que auxiliam o professor no diagnóstico do que os alunos têm mais dificuldade. Com o programa, as escolas conseguem se organizar melhor e pensar em um plano para solucionar as dificuldades encontradas, como dificuldade de interpretação de texto, contas de matemática, etc", disse Rossieli Soares, secretário de Educação.

As escolas receberão no máximo R\$ 8 mil, que serão definidos seguindo critérios como número de alunos, vulnerabilidade da região em que está instalada e complexidade da unidade. Os repasses serão feitos em três lotes, a partir do segundo semestre.

O método começou a ser utilizado em 2016 em 77 escolas da zona leste da capital paulista. Segundo a secretaria, nessas unidades, a média dos alunos do ensino médio no Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp) teve crescimento de 15% em comparação a 2015.

Em 2017, o programa foi ampliado para 1.081 escolas da capital e, no ano passado, foi expandido para mais 2.299 escolas da Grande São Paulo e interior.

Dificuldade

A rede de ensino paulista perdeu a liderança no principal indicador de qualidade da educação básica, o Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb). As escolas estaduais antes lideravam os resultados nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, mas foram ultrapassadas por outros Estados já que tiveram apenas uma ligeira melhora no desempenho. No ensino médio, a rede estadual de São Paulo teve queda no índice e ficou atrás de três Estados. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

O DIA - PI - CIDADES

Mestranda de Duque de Caxias pesquisa galáxias na nasa

Astrônoma da UFRJ estuda, desde o começo do ano, em agência norte-americana

Uma jovem de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, foi parar na maior agência de pesquisas aeroespaciais do planeta. Desde o início do ano, Carlyne Oliveira, de 27 anos, vem frequentando a Nasa's Goddard Space Flight Center (Centro de Voos Espaciais Goddard, em tradução livre), em Greenbelt, Maryland, nos Estados Unidos, para aprimorar sua pesquisa de mestrado. Pós-graduanda da UFRJ, ela estuda semelhanças existentes entre as diferentes galáxias do universo. "Sou aluna de mestrado no Observatório do Valongo (UFRJ), e a minha pesquisa é focada em astrofísica extragaláctica. Eu uso dados provenientes de vários telescópios junto com muita física e computação para entender como as galáxias evoluem pelo universo", conta Carolyn e. "Em colaboração na NASA como pesquisadora Dra. Antara Basuzych, eu analiso como as propriedades físicas e a aparência dessas galáxias estão conectadas entre si e como a presença ou não de outras galáxias ao seu redor pode determinar o porquê dessas galáxias serem similares a outras distantes". Formada em Astronomia pela própria UFRJ, Carlyne é moradora do bairro da Vila Meriti. Ela conseguiu uma bolsa de pesquisa pelo Programa Geral de Cooperação Internacional (PGCI) com financiamento pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A astrônoma volta para Caxias no fim deste mês já com planos para retornar aos EUA, onde pretende fazer o doutorado. "Minha orientadora no Brasil, Dra. Karin Menendez Delmestre, conseguiu essa bolsa pra mim e para uma outra estudante para passarmos quatro meses na NASA's Goddard Space Flight Center. O próximo passo é o doutorado", afirmou.

topo ↕

HOJE EM DIA - MG - HORIZONTES

Renegociação do Fies a partir de segunda-feira

Os alunos em débito com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) já podem se preparar para pedir a renegociação da dívida. O prazo para fazer a solicitação será aberto na próxima segunda-feira. O saldo devedor chega a R\$ 10 bilhões.

A adesão à repactuação dos valores vai até 29 de julho. A medida é válida para os contratos assinados até o segundo semestre de 2017. O atraso das prestações não pode ser inferior a 90 dias.

De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de um total de 727.522 benefícios concedidos em todo o país, 416.137 (57%) estavam com o pagamento em atraso.

Alternativas

Os inadimplentes poderão pedir o reescalonamento ou o parcelamento da dívida. A primeira opção é para quem ainda tem financiamento em fase de amortização.

Tanto para essa modalidade quanto para o parcelamento, os estudantes não podem ter sido acionados judicialmente pelo banco. Os beneficiados que discutem o débito na Justiça e quiserem participar da renegociação deverão renunciar ao processo em juízo. Além disso, quem aderir à medida terá que dar uma entrada correspondente ao maior valor entre 10% do montante consolidado do débito e R\$ 1 mil. As novas prestações não podem ser inferiores a R\$ 200.

Para participar da renegociação, os interessados devem ir até a agência bancária onde o contrato foi celebrado. O fiador deve estar presente.

Após esse processo, o beneficiado e o fiador voltam à condição de adimplência junto ao Fies e os agentes financeiros efetuarão a baixa da restrição junto aos órgãos de proteção ao crédito.

Lista de espera

Os estudantes pré-selecionados para o programa deste ano, na modalidade Fies (com juro zero), têm até a próxima terça-feira para complementar as informações no site fies.mec.gov.br.

Em 2019, conforme o Ministério da Educação (MEC), foram ofertadas 100 mil vagas nessa opção de financiamento, cujo índice varia conforme a renda familiar do candidato.

A outra modalidade, a P-Fies, é destinada aos estudantes com renda per capita mensal familiar de até cinco salários mínimos. Nesse caso, os fundos constitucionais e de Desenvolvimento e com recursos dos bancos privados participantes.

topo ↕

AGROLINK - TEMPO REAL

Estudo aponta 8 defensivos letais para abelhas

Ação de agroquímicos pode reduzir a vida das abelhas em até 50%, aponta estudo brasileiro

Um estudo realizado pelo Projeto Colmeia Viva entre os anos de 2014 e 2017 detectou oito moléculas com ação comprovadamente letal para a apicultura. A pesquisa analisou os 44 ingredientes ativos mais usados na agricultura do estado de São Paulo, os quais

poderiam estar relacionados à mortalidade das abelhas.

O material foi coletado em 78 municípios paulistas, trabalhando com apicultores, agricultores e indústria de defensivos. Como resultado, os pesquisadores identificaram ações que protegem os apiários, entre elas a da conservação de margens de mínima segurança na aplicação de pesticidas, bem como a adoção de boas práticas agrícolas.

De acordo com os cientistas brasileiros, os efeitos benéficos do Projeto Colmeia Viva já começaram a surgir. Enquanto sumiram cinco mil colônias de abelhas no Rio Grandes do Sul, estados como Santa Catarina, Paraná e São Paulo registraram perdas menores nos apiários. As informações sobre essas moléculas letais e métodos de produção sustentável estão disponíveis no www.projetocolmeiaviva.org.br.

“Isso não quer dizer que as abelhas de São Paulo estão a salvo dos defensivos agrícolas. Longe disso. Estamos começando a testar quais são os efeitos sobre as abelhas melíferas do uso associado de inseticidas com fungicidas. E já descobrimos que um determinado tipo de fungicida, que quando aplicado de modo isolado no campo, é inofensivo às colmeias, ao ser associado a um determinado inseticida se torna nocivo”, comenta a bióloga Elaine Cristina Mathias da Silva Zacarin, professora na UFSCar, em reportagem da Revista A Lavoura.

NOVO ESTUDO

De acordo com estudo de biólogos brasileiros recentemente publicado na revista Scientific Reports (Grupo Nature), a ação de agroquímicos pode reduzir a vida das abelhas em até 50%. Conforme publicação da Agência Fapesp, os ingredientes ativos investigados foram o inseticida clotianidina e o fungicida piraclostrobina.

“Realizamos ensaios de toxicidade de agrotóxicos em larvas de abelhas e em concentrações ambientais relevantes, ou seja, concentrações realistas, como as encontradas residualmente no pólen das flores. O que nos interessa é descobrir a ação residual dos agrotóxicos, mesmo em concentrações baixíssimas, sobre esses insetos”, relata Elaine Cristina.

Além da coordenadora do estudo, também participaram os pesquisadores da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP). A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) apoiou a investigação, que recebeu financiamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Cooperativa dos Apicultores de Sorocaba e Região (Coapis).

topo ↕

JORNAL GRANDE BAHIA - TEMPO REAL

Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil

Quem minimamente acompanha a questão da produção científica no Brasil e do financiamento da pesquisa em ciência, tecnologia e inovação sabe que, ao lado da meta tão longamente sonhada da aplicação de 2% do PIB no setor, um bom equilíbrio entre investimentos públicos e privados nessas atividades constitui o segundo grande objeto de desejo de boa parte dos estrategistas e gestores da área – além, é claro, da parcela da comunidade científica nacional bem atenta às políticas de CT&I.

Isso se apresentou desde a redemocratização do país, na segunda metade dos anos 1980. O espelho em que todos miravam era obviamente o das nações mais desenvolvidas. O pensamento que então se espalhava, muito distante de recentíssimas tentações obscurantistas, era o de que o desenvolvimento científico e tecnológico constituía condição sine qua para um verdadeiro desenvolvimento socioeconômico e para a implantação de uma sociedade mais justa.

Na época, o Brasil andava ali pela casa de pouco mais de 0,7% do PIB em investimentos totais em ciência e tecnologia e a participação do setor privado, quer dizer, de empresas, ressalte-se, nesse bolo, mal ultrapassava a marca de 20%. De lá para cá, o país fez uma reviravolta nesses números, avançou muito, e pode-se mesmo dizer que cresceu espetacularmente, quando a métrica é o volume de artigos científicos indexados em bases de dados internacionais, um indicador mundialmente consagrado. Essa produção científica praticamente dobrou do começo para o fim da primeira década do século XXI. E continuou sua ascensão consistente (dados disponíveis até 2016).

A expansão notável, fruto de algumas políticas muito bem estruturadas que estão a merecer outros comentários no Ciência na rua, foi baseada na capacidade de produzir ciência das universidades públicas brasileiras, com a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ou seja, duas grandes universidades estaduais paulistas, mais algumas grandes universidades federais, como a do Rio de Janeiro (UFRJ), a de Minas Gerais (UFMG) e a do Rio Grande do Sul (UFRGS), na liderança desse processo. Mais de 95% dessa produção científica do Brasil nas bases internacionais deve-se, assim, à capacidade de pesquisa de suas universidades públicas.

Daí o espanto que causou a seguinte afirmação do presidente da República durante entrevista à rádio Jovem Pan, na noite da segunda-feira, 8 de abril:

“(…) e nas universidades, você vai na questão da pesquisa, você não tem, poucas universidades têm pesquisa, e, dessas poucas, a grande parte tá na iniciativa privada, como a Mackenzie em São Paulo, quando trata do grafeno”.

A resposta da Academia Brasileira de Ciências

A primeira e tranquila reação do presidente da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich, físico, professor da UFRJ, pesquisador dos mais respeitados por seus brilhantes trabalhos em emaranhamento quântico, foi observar que “é importante fornecer ao Presidente da República a informação correta sobre as universidades brasileiras, coletadas por órgãos internacionais”

Relata em seguida que, “de acordo com recente publicação feita por Clarivate Analytics a pedido da CAPES, o Brasil, no período de 2011-2016, publicou mais de 250.000 artigos na base de dados Web of Science em todas as áreas do conhecimento, correspondendo à 13ª posição na produção científica global (mais de 190 países)”. As áreas de maior impacto, prossegue, “correspondem a agricultura, medicina e saúde, física e ciência espacial, psiquiatria, e odontologia, entre outras”.

Davidovich ressalta que “todos os estados brasileiros estão representados” nessa produção, “o que mostra uma evolução em relação a períodos anteriores e o papel preponderante desempenhado pelas universidades públicas que estão presentes em todos

os estados”.

Outro ponto fundamental de sua fala: “Mais de 95% das publicações referem-se às universidades públicas, federais e estaduais. O artigo lista as 20 universidades que mais publicam (5 estaduais e 15 federais), das quais 5 estão na região Sul, 11 na região Sudeste, 2 na região Nordeste e 2 no Centro-Oeste”.

Essas publicações, destaca o presidente da ABC, “estão associadas a pesquisas que beneficiam a população brasileira e contribuem para a riqueza nacional. Graças a essas pesquisas, o petróleo do pré-sal representa atualmente mais de 50% do petróleo produzido no país, a agricultura brasileira sofisticou-se e aumentou sua produtividade, epidemias, como a do vírus da zika, são enfrentadas por grupos científicos de grande qualidade, novos fármacos são produzidos, alternativas energéticas são propostas, novos materiais são desenvolvidos e empresas brasileiras obtêm protagonismo internacional em diversas áreas de alto conteúdo tecnológico, como cosméticos, compressores e equipamentos elétricos”.

A realidade que os dados mostram

Coordenador do projeto Métricas, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o professor Jacques Marcovitch, ex-reitor da USP (1997-2001), enviou a pedido do Ciência na rua duas tabelas também muito reveladoras da produção científica das universidades brasileiras. A primeira, baseada no Leiden Ranking, “mostra que das 20 universidades que mais publicam no Brasil, não há nenhuma privada”, ele comentou.

A segunda, modificada do capítulo de autoria de Solange Santos na obra coletiva Repensar a Universidade (Repensar a universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais, organizado por Jacques Marcovitch, 256 pp, São Paulo, ComArte, 2018, disponível para download), mostra resultados de todas as universidades no Brasil em rankings internacionais e, ele observa, “aparecem apenas as PUCs em termos de privadas, e em posições relativamente baixas”.

Uma terceira tabela, mais extensa e bastante atualizada, foi obtida pelo diretor científico da Fapesp, professor Carlos Henrique de Brito Cruz, a partir da base de dados Incites. O que ele observa é que, “das 100 universidades brasileiras que mais publicaram artigos científicos no quinquênio 2014-2018, há 17 privadas. A melhor colocada é a PUC Paraná, em 37º lugar”.

topo 

PORTAL FLORIANO - TEMPO REAL

UESPI abre inscrições para a seleção de professor formador do Parfor

As inscrições para a seleção de professores efetivos da UESPI (ativos e inativos) interessados em atuar como professores formadores do PARFOR iniciam hoje (22). A seleção é promovida pela Universidade Estadual do Piauí, por meio da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), e por intermédio da Coordenação Geral do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. As inscrições podem ser realizadas até às 23:59h de sexta-feira (26).

As vagas destinam-se às disciplinas do 1º semestre de 2019, correspondente ao período letivo intensivo que ocorrerá de 01/07/2019 a 12/08/2019. A professora Msc. Elilian Basílio e Silva, coordenadora geral do PARFOR, afirma que o novo edital traz vagas

referentes ao novo convênio PARFOR/CAPES para 14 turmas de licenciatura do PARFOR/UESPI, situadas em 26 municípios piauienses.

O seletivo está aberto para professor do quadro permanente da UESPI, em efetivo exercício em sala de aula; professor do quadro permanente da UESPI, que esteja cursando pós-graduação stricto sensu, e professor aposentado da UESPI. O docente não pode estar recebendo bolsa das agências de fomento CNPq, CAPES, UAB e demais Programas financiados pelo FNDE.

A documentação exigida (item 2.9 do Edital N° 001/2019-PARFOR/UESPI) deverá ser digitalizada em um único arquivo (contendo em suas várias páginas toda a documentação mínima exigida) e salva exclusivamente no formato PDF, devendo a mesma ser anexada e enviada no próprio formulário online disponível no sistema de inscrição, obedecendo ao limite máximo de 20 megabytes por candidato.

O candidato selecionado deverá participar, obrigatoriamente, do I Encontro Pedagógico do PARFOR/UESPI que será realizado em Teresina (ver ANEXO II). O não cumprimento dessa norma implicará na substituição do docente.

As vagas remanescentes deste Edital serão ofertadas em um novo processo seletivo para professores efetivos, professores provisórios, técnicos efetivos e professores sem vínculo com a IES.

topo 

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Último prazo para seleção de colaboradores do banco de itens

Docentes interessados em fazer parte do Cadastro de Elaboradores e Revisores de Itens da Educação Superior (Ceres) do Banco Nacional de Itens (BNI) têm prazo até esta quarta-feira, 24, para se inscrever, exclusivamente pelo Sistema BNI. Os selecionados vão participar da elaboração e revisão de itens para o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2019. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) está recebendo as inscrições desde 3 de abril, mesma data em que divulgou a Chamada Pública.

O BNI armazena itens (questões) com qualidade técnica para a montagem dos exames e avaliações aplicados pelo Inep. No caso do Enade, o objetivo é subsidiar provas capazes de estimar com maior precisão a proficiência dos estudantes com relação a conteúdos programáticos, habilidades e competências previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos respectivos cursos de graduação ou nas orientações do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

Áreas de avaliação – O cadastramento e a seleção de colaboradores para elaboração e revisão de itens são destinados aos docentes que atuem nas áreas de: arquitetura e urbanismo, engenharia ambiental, engenharia civil, engenharia de alimentos, engenharia de computação, engenharia de controle e automação, engenharia de produção, engenharia elétrica, engenharia florestal, engenharia mecânica e engenharia química.

Para se inscrever, o docente precisa cumprir os seguintes requisitos:

Ter diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior, devidamente registrado e emitido por instituição de educação superior credenciada pelo poder

público competente;

exercer ou ter exercido atividade docente, nos últimos 18 meses, no curso de graduação para o qual pretende efetuar inscrição, comprovando o vínculo em instituição credenciada pelo poder público competente;

ter disponibilidade para as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do BNI, conforme funções e datas previstas no edital;

não pertencer ao quadro de servidores efetivos ou comissionados do Ministério da Educação, do Inep, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ou estar em exercício em algum deles; ter reputação ilibada;

não ter pendências junto às autoridades tributárias e previdenciárias;

ter conhecimentos de informática, particularmente no que se refere ao uso de aplicativos de edição de texto;

dispor de computador com sistema operacional Windows para acessar o ambiente virtual do BNI.

A seguir – O período para a convocação dos profissionais selecionados vai de 25 de abril a 3 de maio. Todos os selecionados passarão por capacitação, quando serão repassadas as normas, procedimentos e critérios técnicos requeridos para a elaboração e revisão de itens para o BNI. A capacitação será realizada de 6 a 24 de maio e a oficina de elaboração e revisão de itens de 3 a 21 de junho de 2019. Todas as etapas serão a distância. Outro edital contemplará as áreas de ciências agrárias, ciências da saúde e cursos superiores de tecnologia.

BNI – O Banco Nacional de Itens (BNI) fornece insumos para as diversas avaliações e exames desenvolvidos pelo Inep, assegurando a disponibilidade de itens de qualidade, elaborados e revisados para cada instrumento, seja prova ou questionário. Todos os colaboradores participam de capacitações e oficinas de elaboração e revisão. A participação da comunidade educacional e acadêmica de todo o Brasil amplia a diversidade e melhora a adequação dos instrumentos para a avaliação da educação do país.

[Acesse o Sistema BNI](#)

[Confira a Chamada Pública](#)

Assessoria de Comunicação Social - MEC (24.04.2019)

[topo](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Reunião discute proposta para incentivar mestrados profissionais em Ciências Agrárias

Anderson Correia, presidente da **CAPES**, reuniu-se nesta quarta-feira, 24, com Luiz Carlos Heinze, senador e membro da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Durante a conversa, o político apresentou uma proposta de incentivo aos mestrados profissionais em Ciências Agrárias.

Flávio Camargo, coordenador da área de Ciências Agrárias I e coordenadores adjuntos também participaram do encontro.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 24.04.2019

topo ↕

SUL21 - TEMPO REAL

Desmorte da ciência brasileira compromete seriamente futuro do país, alerta manifesto

O descaso e o desmorte do sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação está comprometendo seriamente o futuro do Brasil. A interrupção do investimento e da formação de cientistas provocará uma desqualificação do país no cenário mundial e afetará diretamente a qualidade de vida e a segurança da população. A política deliberada de desmorte das universidades, dos institutos federais e da Ciência brasileira como um todo é um atentado contra o povo e um grande retrocesso para todo o país. A advertência foi feita nesta quarta-feira (24) por um manifesto lançado pela ADUFRGS-Sindical denunciando o desmorte do sistema de pesquisa e ciência no país. O documento é uma resposta à política de desmorte da Ciência promovida pelo governo Bolsonaro, que anunciou cortes na **Capes** e no CNPq e tem dito que as universidades públicas não produzem pesquisa.

Além das universidades, estudantes e pesquisadores, esse processo de desmorte atingirá também o cotidiano dos brasileiros, alerta ainda o manifesto. “A Saúde e a Educação são prioridades e todos têm que entender que o desmorte da Ciência faz parte de uma política deliberada de desmorte do serviço público brasileiro e de sua privatização, abrindo ao mercado financeiro especulativo a chance de aumentar cada vez mais seus lucros e, a setores internacionais, a oportunidade de se apropriar das riquezas nacionais estratégicas, tornando a vida dos brasileiros, sobretudo os mais pobres, cada vez mais difícil”.

O manifesto foi lançado no Campus do Vale da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), durante um bate-papo sobre o desmorte da Ciência & Tecnologia e pesquisa no Brasil com o presidente da ADUFRGS-Sindical, Paulo Machado Mors. Nesta atividade, a ADUFRGS também coletou assinaturas para o abaixo-assinado nacional contra a Reforma da Previdência. Após o lançamento, o Ciclo de Debates Universidade do Futuro, promovido pelo Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (ILEA) em parceria com a ADUFRGS, debateu o lugar do Brasil na Ciência e Tecnologia, com a participação do professor Glauco Arbix, do Observatório da Inovação do IEA-USP.

Manifesto da ADUFRGS-Sindical contra a política do Governo Federal de destruição da Ciência brasileira

Nos últimos anos e, principalmente, nos últimos meses a Ciência brasileira tem sofrido muitos ataques. Já no governo anterior, a fusão do Ministério da Ciência e Tecnologia com o das Comunicações, o fim do programa Ciência Sem Fronteiras e os cortes orçamentários promovidos após a edição da Emenda Constitucional 95, além do confisco dos recursos próprios das Universidades, já foram gravíssimos ataques ao futuro soberano do Brasil. Isso só está piorando, a olhos vistos, no governo Bolsonaro.

Estamos lendo e ouvindo que órgãos de fomento como **CAPES** e CNPq estão com dinheiro contado até setembro deste ano. Bolsas serão cortadas deixando cerca de 80.000 pessoas atingidas, incluindo alunos de iniciação científica, mestrados,

doutorandos, pós-doutorandos e professores que fazem pesquisa no País. Na LDO de 2020 não há previsão de reajuste salarial e nem de realização de concursos públicos, o que poderá esvaziar nossas instituições públicas federais, que são responsáveis pela grande maioria da pesquisa que é feita no Brasil, tanto pesquisa básica quanto de interação com o setor produtivo. Soma-se a isso a enxurrada de aposentadorias que se vislumbra, com a tentativa do governo de reformar a Previdência. Sem professores e pesquisadores não se faz Ciência, e esse desmonte do sistema é uma política deliberada de setores políticos que defendem a privatização dos serviços públicos e a subserviência a outros países.

A Ciência salva vidas. Todos precisam se mobilizar. A população precisa tomar conhecimento do desmonte e ajudar para que a Ciência não morra. Muitos projetos serão interrompidos. Desenvolvimento de vacinas, estudos moleculares de doenças raras e medicamentos, apenas como exemplos, sofrerão prejuízos incalculáveis e deixarão milhares de pacientes sem esperanças para continuar suas vidas.

A autonomia nacional depende da Ciência e da pesquisa. A Petrobras se tornou referência mundial na prospecção de petróleo em águas profundas e a descoberta da camada pré-sal é prova do que significa a sinergia entre a empresa e as Universidades Públicas brasileiras, que desenvolveram essa tecnologia. O que se vê agora? O governo, ao invés de apostar no desenvolvimento da autossuficiência em petróleo, aposta em não produzir, tornar ociosas nossas refinarias e em importar cada vez mais derivados de petróleo, principalmente dos Estados Unidos, com sua política entreguista de preços internacionais, que só torna a vida dos brasileiros cada vez mais cara. Foi a Embrapa e suas parcerias com as Universidades e Institutos Federais que tornaram o Brasil referência mundial em eficiência na produção agrícola.

Até na área militar e de defesa a aposta é antinacional; exemplos são a entrega da Embraer para a Boeing e da base de Alcântara para os americanos. O futuro do país está em jogo e, ao contrário de outros países, que investem maciçamente em novas tecnologias, ambientalmente sustentáveis, em novos materiais, em novas fontes de energia, em busca de uma nova maneira de produzir, com a preservação do meio ambiente e o combate ao aquecimento global, o Brasil abre mão de organizar a conferência mundial do clima, abre as portas para o desmatamento e a venda de terras para estrangeiros. Tudo isso tem a ver com Ciência e tudo isso vai parar com essa política suicida de cortes de verbas, de desvalorização dos pesquisadores e entrega da tecnologia nacional.

Muitas entidades ligadas à Ciência têm se manifestado e alertado para esse desmonte, caso da SBPC, que tem colocado em seu portal diversas matérias chamando a atenção para esse grave problema. O descaso com nosso sistema de CT&I compromete seriamente o futuro da Nação. A interrupção do investimento e da formação de cientistas nos desqualificará seriamente no cenário mundial. E podemos complementar que na área da saúde, por exemplo, a população brasileira irá sofrer com surtos de novas doenças e também com doenças antigas já erradicadas em nosso meio. Os hospitais universitários realizam gratuitamente mais de um milhão de consultas e procedimentos por ano, segundo o Ministério da Educação, todos feitos com ajuda de profissionais envolvidos em Universidades. As nossas Universidades são centros de pesquisa de altíssima qualidade mesmo com o escasso dinheiro que nos chega. Trabalhos de brasileiros são premiados a todo o momento.

Por isso todos devem se envolver nessa causa. A Saúde e a Educação são prioridades e todos têm que entender que o desmonte da Ciência faz parte de uma política deliberada de desmonte do serviço público brasileiro e de sua privatização, abrindo ao mercado financeiro especulativo a chance de aumentar cada vez mais seus lucros e, a setores internacionais, a oportunidade de se apropriar das riquezas nacionais estratégicas, tornando a vida dos brasileiros, sobretudo os mais pobres, cada vez mais difícil.

Essa política deliberada de desmonte das Universidades, dos Institutos Federais e da Ciência brasileira, é um atentado contra o povo, e um grande retrocesso no que se estava observando nas últimas décadas, com a expansão do sistema federal de educação, com os avanços na Ciência brasileira e com a diminuição da pobreza. Todos temos que nos rebelar e lutar contra este estado de coisas.

Salvemos a Ciência Brasileira!!!

Porto Alegre, 24 de abril de 2019 – Dia Nacional de Mobilização da Educação

topo ↕

CAMPO GRANDE NEWS - TEMPO REAL

Diante de polêmica, UFGD reafirma legitimidade de eleição para reitor Colégio eleitoral da instituição, encaminhou ofício ao MEC em que responde aos questionamentos do órgão e esclarece todos os critérios adotados na eleição para reitor

Após uma reunião nesta tarde (24) o colégio eleitoral da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados) encaminhou um ofício ao MEC (Ministério da Educação) em que ressalta a legitimidade do processo que elegeu o novo reitor da universidade, este ano.

No último dia 18 deste mês, o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação Mauro Luiz Rabelo, determinou a reitora Liane Maria Calarge a realização de um novo processo eleitoral para definição da lista tríplice, alegando irregularidades nas indicações.

Contudo, o colegiado encaminhou ao Ministério documento em que responde aos questionamentos do órgão e esclarece todos os critérios adotados na eleição para reitor. A universidade, agora, aguarda um retorno do MEC.

Eleição - Como em todas as universidades federais do país, a UFGD sugeriu ao Ministério da Educação uma lista de três nomes ao cargo, com a sugestão de que o primeiro da lista fosse o escolhido como reitor. Também incluiu na lista enviada ao MEC os nomes de Jones Dari Goettert e Antonio Dari Ramos, que se candidataram como reitores, mas não participaram da consulta feita a alunos, professores e administrativos.

Com base nas indicações, no último dia 21 de março, o colégio eleitoral elegeu Etienne Biasotto para reitor e Claudia Lima para vice-reitora. No entanto, o MEC questiona o fato de a UFGD ter descartado de suas listas os candidatos derrotados na votação realizada pela comunidade acadêmica – a atual reitora Liane Calarge e Joelson Pereira - e sugerindo apenas nomes indicados pelo colégio eleitoral.

O Campo Grande News apurou que o problema apontado pelo MEC é devido ao voto

paritário. Na consulta prévia feita em março, os votos dos estudantes, professores e dos administrativos tiveram o mesmo peso. A consulta prévia, no entanto, não é a eleição que vale legalmente.

No dia 21 de março, após o resultado da consulta ser divulgado, o colégio eleitoral realizou a eleição, seguindo a legislação e a própria indicação do MEC, de que a eleição não é vinculada à consulta prévia.

Qualquer professor doutor, vinculado à UFGD, poderia ir à reunião do colégio eleitoral e se candidatar, mesmo que não tivesse participado da consulta prévia. Dos três candidatos inscritos na consulta prévia, apenas Etienne Biasotto colocou o nome para votação do colégio.

Liane Calarge e Joelson Pereira não quiseram participar da eleição do colégio eleitoral. Há informação não confirmada de que havia um acordo entre os três e que apenas o vencedor da consulta apresentaria o nome ao colégio eleitoral.

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - TEMPO REAL

Universidade desobedece ao MEC e se recusa a fazer novas eleições para reitor

O clima é de tensão e de indefinição nos corredores da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), cidade de 210 mil habitantes localizada a 225 quilômetros da capital do Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Fundada há 13 anos, a instituição atende a 8 mil alunos na graduação. Sua reitora atual, Liane Maria Calarge, tem mandato até o mês de junho. Ninguém sabe, por enquanto, quem irá sucedê-la.

A lista tríplice de nomes, submetida ao Ministério da Educação, foi devolvida, com o pedido de que novas eleições sejam realizadas (veja documento). Depois de reunião realizada nesta quarta-feira, o Colégio Eleitoral da UFGD reagiu informando que não pretende realizar novas eleições. Enviou uma nota informativa ao MEC, mencionando o fato de que o procurador federal Jezihel Pena Lima, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (cuja reitoria é formada por vários filiados ao PSOL) emitiu um parecer favorável à maneira como a escolha do reitor foi realizada.

Leia também: "Bolsonaro não tem motivo para não me nomear", diz professora eleita para reitoria da UFRJ e Ex-reitor da UFRJ é condenado por crime de peculato

“Como encaminhamento, a administração central da UFGD solicitou orientação jurídica da Procuradoria Federal”, explica a universidade, em nota. “O parecer da Procuradoria manifestou inexistência de questões jurídicas a serem superadas ou de vícios a serem sanados na formação da lista tríplice e do processo eleitoral como um todo.”

Troca de informações

O embate entre UFGD e MEC teve início no dia 9 de abril, quando foi despachado o ofício 999/2019. Assinado ex-secretário de educação superior, Mauro Rabelo, o documento exige que a instituição realize “processo eleitoral em conformidade com a legislação”.

O texto explica que a documentação enviada pela UFGD juntamente com a lista de possíveis reitores indica que os artigos 28 e 29 do estatuto da universidade “não estão de

acordo com a prescrição legal, ao definir que a lista tríplice abarcará os nomes indicados pelo Colégio Eleitoral da UFGD, de modo a homologar a consulta à comunidade previamente realizada”. Além disso, indica que a resolução que rege as eleições para reitor “vai de encontro ao art. 1º, § 3º, do Decreto nº 1.916/1996 no que estabelece peso paritário aos votos do corpo discente, docente e técnico-administrativo”.

Quero receber

Diante do ofício, a instituição reuniu, na quarta-feira, dia 24, seu colégio eleitoral. “Como este é o órgão colegiado que elaborou a lista tríplice, cabe somente ao próprio Colégio Eleitoral decidir quais são os encaminhamentos necessários”, informou, por email, a instituição.

O parecer do procurador federal informa: “Posto isso, com a devida venia ao entendimento externalizado pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação, OPINO no sentido de que a formação da lista tríplice para a escolha do novo reitor da UFGD, consideradas as informações contidas no OFÍCIO Nº 999/2019/CGLNES/GAB/SESU/SESU-MEC, apresenta-se juridicamente hígida e hábil a produzir os efeitos que lhe são próprios, na forma do Decreto nº 1.916/1996, conforme juízo de conveniência e oportunidade do Senhor Ministro da Educação e do Senhor Presidente da República.”

Mas qual seria o problema com as eleições para reitor na UFGD?

Leia também: Universidades usam “laranjas” para desafiar o MEC na lista tríplice para reitor

Lista com “laranjas”

A instituição apresentou três nomes ao MEC: Etiene Biazoto, Jones Dari Goertert e Antônio Dari Ramos. Tradicionalmente, o MEC costuma referendar o primeiro nome da lista, que recebeu a maior parte dos votos dentro da universidade. O problema, neste caso, é que Etiene Biazoto foi o único participante da consulta interna que orientou a decisão do colégio eleitoral. Os outros dois nomes são ligados a ele – Jones Dari Goertert, por exemplo, coordenou a campanha a reitor de Biazoto. Os concorrentes do candidato na votação interna, a atual reitora Liane Calarge e o professor Joelson Pereira, não foram incluídos na lista enviada a Brasília.

Desde os anos 90, as universidades federais costumam submeter ao MEC a lista tripla formada pela ordem de votação dos candidatos da consulta interna – o Colégio Eleitoral costuma apenas referendar a eleição prévia. Em 2019, depois da posse do presidente Jair Bolsonaro, tanto a UFGD quanto a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) adotaram estratégia diferente: entregaram listas com o nome do vencedor da votação, e mais dois nomes ligados a ele. Já a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) incluiu como primeiro nome da lista um professor que sequer participou da votação interna.

Paridade questionada

Mas o MEC não contestou a formação da lista tríplice. Notificou a instituição porque seu regimento interno prevê que a consulta prévia, realizada na forma de uma eleição

com um terço dos votos para estudantes, um terço para professores e um terço para funcionários, não obedece à legislação. Procurada pela reportagem em 15 de março, a UFGD havia alegado que o Colégio Eleitoral, este sim, segue a lei, que determina a proporção de 70% dos votos para professores.

“A paridade entre docentes, técnicos administrativos e estudantes ocorreu durante a consulta prévia”, informou a instituição. “Concluído o processo de consulta prévia, o resultado segue para o Colégio Eleitoral, que é formado com base nos diretrizes da LDB, 70% para o seguimento dos docentes e máximo de 15% para cada um dos outros dois segmentos que compõem a comunidade universitária (técnicos e discentes)”.

Sobre a exclusão dos demais candidatos na lista tríplice, na nota publicada nesta quarta, a universidade apresentou a seguinte explicação: “Durante o processo de Consulta Prévia, todos os professores doutores que se candidataram ao cargo assinaram espontaneamente um documento elaborado pelo Sindicato dos Técnicos Administrativos (SINTEF), Associação dos Docentes (ADUF) e Diretório Central dos Estudantes (DCE), os três segmentos que compõem a Universidade. Neste documento, os candidatos se comprometeram a NÃO compor a lista tríplice caso não fossem eleitos em 1º lugar. No entanto, se algum dos candidatos, ou qualquer outro professor(a) doutor(a) tivesse interesse em participar da lista, mesmo não tendo participado da Consulta Prévia, poderia ter feito isso inscrevendo-se na ocasião da eleição do Colégio Eleitoral.”

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

Estácio tem fábrica de conteúdo para abastecer 15 mil aulas de EAD

A Universidade Estácio, uma das grandes companhias privadas de Ensino Superior listadas na bolsa de valores, tem uma fábrica de conteúdos. É uma verdadeira linha de produção, situada na sede da instituição, no Rio de Janeiro, que combina recursos de tecnologia e sistemas de transmissão de 15 mil horas de ensino a distância (EAD) que os mais de 500 mil alunos demandam.

São cerca de 70 pessoas na fábrica, entre revisores, designers para plataforma de internet, técnicos de estúdios e direção de vídeo e desenvolvedores de games e aplicativos. O uso de realidade virtual (VR), por exemplo, permite novas experiências, buscando mudar mentalidades e culturas, diz o vice-presidente acadêmico para Tecnologias Educacionais da Estácio e diretamente envolvido com a fábrica, Roberto Paes de Carvalho Ramos. A VR é usada para os alunos vivenciarem ambientes de aprendizado. Aplicativos feitos pela equipe de novas tecnologias têm acesso gratuito e já somam mais de 6 milhões de download. O campeão é o Acentuando, com as mudanças da última reforma gramatical da Língua Portuguesa.

O conteúdo é acessado pelos estudantes ligados a 80 unidades e que comparecem ainda aos mais de 800 mil polos - onde os alunos fazem provas e outras atividades previstas mesmo no EAD. Hoje a universidade soma 240 mil matriculados exclusivamente em cursos EAD e outros 280 mil em modalidades que têm pelo menos 20% de conteúdo a distância.

O vice-presidente acadêmico para Tecnologias Educacionais da Estácio e diretamente envolvido com a fábrica, Roberto Paes de Carvalho Ramos, explica que as soluções fazem parte da estratégia de aportar conteúdos em tempo real, que depois ficam à disposição dos alunos. Antes de colocar no ar as soluções, a universidade criou um

sistema próprio, com funcionalidades que permite uniformizar aulas e aplicar exames com banco de 400 mil questões.

A saída foi necessária para poder girir o tamanho que a companhia tem hoje. "Vamos ter até o fim do ano mais alunos só em EAD do que presencial com EAD", aponta Ramos. Para dar conta do crescimento, a universidade incrementa ainda mais ferramentas onde interação alunos e professores para captar dados desde desempenho, frequência, rotinas de estudo e de desempenho do professor e evasão. Este último indicador é um dos mais decisivos devido ao impacto financeiro que gera.

Ramos diz que o desafio, de posse de um bigdata de tudo que é captado, é conseguir identificar, por exemplo, quando um aluno que tem baixo desempenho pode ser um candidato a abandonar o curso. No futuro, a instituição pretende usar recursos como reconhecimento facial ou por voz e outras ferramentas como os bots (robôs) para tarefas que a máquina pode auxiliar o aluno. O vice-presidente espera que as tecnologias possam aumentar o nível de segurança, pois a sofisticação dos ataques cada vez fica maior.

topo ↕

JOVEM PAN (AM) - TEMPO REAL

TCU autoriza MEC a contratar nova gráfica para o Enem

O Ministério da Educação (MEC) foi autorizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a pagar pelos serviços de uma nova gráfica para imprimir as provas do Enem deste ano. A decisão ocorre após a empresa responsável pelo serviço anteriormente ter declarado falência.

A autorização foi dada para que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que produz a prova, contrate a Valid S.A., segunda colocada na última disputa pela concessão. O contrato é de R\$129,4 milhões e só vale para a edição de 2019 do Enem.

O tribunal, no entanto, determinou que o Inep “fundamente as exigências de comprovação de produções anteriores em estudos que motivem tecnicamente os limites mínimos fixados e considerem a viabilidade de alternativas para assegurar as necessidades da Administração, a exemplo da comprovação de capacidade instalada disponível para atender às suas demandas”.

A questão é que a Valid não atua com impressão de provas. No relatório dos auditores da área de logística, há a pontuação de que “não consta no rol de seus produtos e soluções a impressão de provas, mas de outros tipos de impressão de segurança”. Dada a ausência de atuação nesse setor, há questionamento sobre “a sua real capacidade de atender à exigência relativa ao volume de produções anteriores, exigida como critério de habilitação técnica”.

topo ↕

MASSA NEWS - PR - TEMPO REAL

MEC analisa programa de fomento ao ensino médio integral

O Ministério da Educação (MEC) está reavaliando o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. A intenção da pasta é verificar como os recursos estão sendo usados nos estados para definir os próximos passos do incentivo, de acordo com o diretor de Ações Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Arcione Ferreira Viagi.

Viagi participou, na Câmara dos Deputados, do seminário Tempo integral: Alternativa para o Ensino Médio Brasileiro. O programa, criado em 2016, foi citado pelos participantes como fundamental para incentivar que as escolas de ensino médio ofereçam mais tempo de atividades aos estudantes.

“Precisamos ver como está a execução desses recursos”, disse Viagi. Ele explicou que o FNDE, autarquia responsável por gerir os recursos repassados pelo MEC para estados e municípios, está realizando uma análise para entender a relação do investimento feito nas escolas com a melhoria dos resultados dos estudantes.

Mais especificamente no Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, foram liberados R\$ 800 milhões, previstos desde o ano passado. “O presidente do FNDE [Carlos Alberto Decotelli] está rodando o Brasil mostrando a disponibilidade de recursos hoje nos bancos, que não estão sendo aplicados. Os secretários às vezes se assustam ao ver o volume de recursos que está parado”.

Continuidade

O Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral foi lançado para ajudar os estados a implementarem o novo ensino médio. A intenção do novo modelo é oferecer aos estudantes uma formação que os aproxime do mercado de trabalho, da vida universitária e do caminho que querem seguir, possibilitando que escolham o que aprender em parte das horas que ficam na escola. Para isso, as redes de ensino devem aumentar o tempo de aula. Hoje, a maior parte dos estudantes fica 5h por dia na escola. Esse tempo deverá chegar a 7h.

O tempo integral está previsto também no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005/2014, que estabelece que, no mínimo, 25% dos estudantes do país sejam atendidos em jornadas diárias de 7h ou mais até 2024. Em 2017, 15,3% das matrículas eram em educação em tempo integral. No Ensino Médio, apenas 9,5% das escolas são em tempo integral.

A manutenção da ajuda do MEC aos estados é preocupação sobretudo dos secretários de educação estaduais, que são responsáveis pela maior parte das matrículas do ensino médio.

“Muitos estados iniciaram a expansão do ensino integral no ensino médio a partir do projeto de fomento do MEC. Esses estados precisam dessa complementação porque a escola integral tem demandas fortes de reorganização da infraestrutura, tem a questão dos laboratórios, dos ambientes de vivência. Essas coisas não estão contempladas pelo senso comum das políticas públicas de financiamento da educação”, disse o representante do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), Aléssio Trindade.

Esclarecimentos

Para dar mais segurança aos estados, o deputado federal, Idilvan Alencar (PDT-CE) pretende enviar ao MEC um requerimento de informação questionando se haverá um novo edital para fomentar o aumento da escola em tempo integral e se os editais vigentes continuarão a ser pagos aos entes federados.

“A continuidade ou não gera certa inquietação das escolas porque o MEC não se pronunciou sobre isso”, disse. O requerimento será apresentado amanhã (24) à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Aprovado, será encaminhado à pasta.

Tempo integral

“O que nós chamamos de escola em tempo integral, o mundo desenvolvido chama de escola e isso faz muita diferença. Quando a gente compara o sistema de educação brasileiro ao europeu não estamos comparando a mesma coisa. Com o ensino integral vamos só estar chegando ao modelo que é o básico no resto do mundo”, defendeu o diretor de Estratégia Política do Movimento Todos pela Educação, João Marcelo Borges.

As redes que já possuem escolas em tempo integral têm mostrado resultados positivos. Em Pernambuco, estado considerado modelo nesse quesito, 57% das vagas ofertadas no ensino médio são atendidas por unidades de tempo integral.

No estado, os estudantes saltaram da 22ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2007, para a terceira em 2017. Além disso, a rede é destaque por ter a menor desigualdade de aprendizagem do Brasil.

Colaboração Agência Brasil

